

A INFLUÊNCIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NA FORMAÇÃO DOS USUÁRIOS: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2021–2022

THE INFLUENCE OF BRAZILIAN PUBLIC LIBRARIES ON USER
DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE 2021–2022 PERIOD

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 25/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792816261](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792816261)

Maria Aparecida Patrício do Nascimento¹

Schaene Rodrigues Rodrigues da Silva²

RESUMO

Esta pesquisa analisa a influência das bibliotecas públicas brasileiras na formação educacional, cultural e social dos usuários, com atenção às condições observadas no período de 2021 a 2022. Parte-se do reconhecimento de que tais instituições não se restringem ao empréstimo de livros, pois também oferecem oportunidades de leitura, mediação informacional, convivência, participação cultural e desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania. O objetivo geral consistiu em analisar essas contribuições à luz das práticas, dos serviços e dos desafios registrados na literatura especializada. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório, com análise temática de estudos acadêmicos pertinentes, documentos normativos e dados contextuais sobre leitura. A discussão organiza-se em três eixos: funções formativas e socioculturais; serviços e ações de acesso à informação; e dificuldades de funcionamento e adaptação no biênio examinado. A síntese das fontes indica potencial formativo associado à mediação da leitura, à competência em informação, à apropriação comunitária dos espaços e à inclusão cultural. Também evidencia limitações decorrentes de desigualdades territoriais, fragilidades de infraestrutura, descontinuidade de políticas e restrições impostas pela pandemia. Conclui-se que a contribuição das bibliotecas depende da articulação entre acesso, acolhimento, profissionais qualificados e políticas públicas sustentáveis, sem que a literatura consultada permita mensurar causalmente os efeitos sobre cada usuário.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas; Formação de usuários; Mediação da leitura; Acesso à informação; Cidadania.

ABSTRACT

This study examines the influence of Brazilian public libraries on users' educational, cultural, and social development, focusing on the circumstances of 2021 and 2022. It recognizes that public libraries are not limited to book lending; they may also foster reading, information mediation, social interaction, cultural participation, and the skills required for citizenship. The general objective was to analyze such contributions in light of services, practices, and challenges described in specialized literature. A qualitative, descriptive, and exploratory bibliographic and documentary approach was employed, using thematic analysis of relevant academic studies, policy documents, and contextual evidence on reading. The discussion follows three dimensions: educational and sociocultural functions; services and actions that enhance access to information; and operational and adaptive challenges during the examined period. The reviewed literature points to educational potential arising from reading mediation, information literacy, community appropriation of library spaces, and cultural inclusion. It also identifies limitations related to territorial inequalities, weak infrastructure, discontinuous public policies, and pandemic-related restrictions. The study concludes that the contribution of public libraries depends on the combination of access, welcoming practices, qualified staff, and sustainable public policies. The available evidence, however, does not support causal estimates of individual users' outcomes.

Keywords: Public libraries; User development; Reading mediation; Access to information; Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas desempenham uma função que atravessa diferentes dimensões da vida social. Ao disponibilizarem acervos, serviços de informação, espaços de estudo e iniciativas culturais, aproximam pessoas de conhecimentos aos quais nem sempre teriam acesso por meios privados. Essa atuação torna-se especialmente significativa em realidades marcadas por desigualdades de renda, escolaridade e acesso a equipamentos culturais. O Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO, atualizado em 2022, apresenta a biblioteca como porta local de acesso ao conhecimento e como apoio à aprendizagem ao longo da vida, à participação democrática e ao desenvolvimento cultural. Essa compreensão amplia a discussão sobre o conceito de formação de usuários: em vez de associá-lo apenas ao uso correto do catálogo ou ao empréstimo de livros, admite-se que ele também envolva autonomia informacional, interesse pela leitura, participação na cultura e capacidade crítica de interpretar informações (Ifla; UNESCO, 2022).

No contexto brasileiro, a relevância dessas instituições está associada à relação entre direitos culturais e políticas de acesso ao livro. A Lei nº 13.696/2018, que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita, incluiu entre suas diretrizes a universalização do acesso à leitura, à literatura e às bibliotecas, além de prever ações para democratizar os acervos e desenvolver práticas de incentivo à leitura. Entretanto, o reconhecimento normativo não significa que a oferta e a qualidade dos serviços sejam homogêneas em todos os territórios. Lins (2021) destaca que a biblioteca pública, enquanto equipamento cultural do Estado, é atravessada por tensões entre demandas da população e a continuidade das políticas públicas. Assim, investigar sua influência requer observar simultaneamente o potencial educativo da

instituição e as condições concretas que permitem ou dificultam a realização de suas funções.

A delimitação de 2021 a 2022 foi escolhida por abranger uma conjuntura de reconfiguração dos serviços bibliotecários. O primeiro ano ainda foi profundamente marcado pelas medidas sanitárias de enfrentamento à COVID-19, pelas restrições à circulação de pessoas e pela busca de alternativas remotas de comunicação com os frequentadores. Em 2022, as discussões sobre reabertura e reorganização de serviços presenciais tornaram-se particularmente importantes. Rocha e Barradas (2022), ao examinarem bibliotecas públicas cariocas, observaram desafios para manter a interação com as comunidades no contexto pandêmico. Ramos e Barbosa (2022), por sua vez, analisaram protocolos de conduta para reabertura em sistemas estaduais. Esses estudos permitem interpretar o biênio não como uma realidade estática, mas como um período em que o direito de acesso esteve relacionado à capacidade institucional de adaptação.

O interesse pelo tema também decorre da necessidade de não confundir a existência de uma biblioteca com a efetiva apropriação de seus serviços pela população. Achilles e Silva (2022) problematizam a ideia de biblioteca pública como um lugar socialmente habitado, enfatizando o sentido de pertencimento e os vínculos simbólicos construídos com a comunidade. Nesse entendimento, a influência na formação dos usuários não depende apenas da quantidade de livros disponíveis ou da realização de eventos isolados. Depende, igualmente, da possibilidade de as pessoas reconhecerem o equipamento como espaço legítimo de suas experiências, de encontrarem nele conteúdos pertinentes aos

próprios interesses e de participarem da elaboração de atividades que dialoguem com suas necessidades.

Diante desse cenário, estabelece-se como objetivo geral analisar a influência das bibliotecas públicas brasileiras na formação educacional, cultural e social dos usuários, considerando suas contribuições para o acesso à informação, o desenvolvimento do conhecimento e a promoção da cidadania no período de 2021 a 2022. Os objetivos específicos são: identificar as principais contribuições dessas instituições para a formação dos usuários; descrever práticas, serviços e ações que favoreceram a leitura, a informação e a construção do conhecimento; e investigar os principais desafios enfrentados no biênio e suas possíveis implicações formativas. Tais objetivos orientam os três eixos da fundamentação teórica e a organização interpretativa dos resultados, sem pressupor a demonstração de impactos individuais diretos.

A justificativa do estudo está ligada à relevância social das bibliotecas em um país no qual oportunidades de formação cultural e acesso a informações confiáveis são distribuídas de modo desigual. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, em sua quinta edição, oferece um retrato anterior ao recorte temporal e ajuda a compreender hábitos, motivações e obstáculos associados à leitura; por essa razão, é utilizada apenas como dado contextual e não como medida específica da situação de 2021 ou 2022 (Failla, 2021). Do ponto de vista acadêmico, o artigo aproxima discussões da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Educação. Do ponto de vista prático, busca reunir elementos úteis ao planejamento de serviços inclusivos, à valorização dos profissionais e à reflexão sobre continuidade de políticas culturais.

O problema que orienta a investigação pode ser formulado da seguinte maneira: de que maneira as bibliotecas públicas brasileiras contribuíram para a formação educacional, cultural e social dos usuários no período de 2021 a 2022, considerando suas práticas, serviços e os principais desafios enfrentados nesse contexto? Para responder a essa questão, realizou-se uma análise bibliográfica e documental qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. Foram priorizados trabalhos diretamente relacionados a bibliotecas públicas no Brasil e ao recorte examinado, complementados por referências anteriores indispensáveis à compreensão das condições institucionais. O artigo estrutura-se em fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussões e conclusão, seguindo uma perspectiva interpretativa que distingue potencial formativo, evidências de práticas existentes e limites do conhecimento disponível.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. As Bibliotecas Públicas Brasileiras e Sua Importância na Formação Educacional, Cultural e Social dos Usuários

Compreender a biblioteca pública como instituição formadora pressupõe reconhecer que o acesso à informação envolve processos sociais, culturais e educativos. Não se trata exclusivamente de oferecer materiais impressos, mas de criar situações nas quais diferentes públicos possam perguntar, explorar, comparar fontes, partilhar experiências e construir interpretações. O Manifesto IFLA-UNESCO de 2022 reafirma a missão de garantir acesso universal ao conhecimento, sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais injustificadas. Ao atribuir centralidade à aprendizagem ao longo da vida, o documento permite compreender que a formação não se

encerra na escolaridade formal. Crianças, jovens, adultos e idosos podem recorrer a bibliotecas para iniciar práticas leitoras, atualizar conhecimentos, tomar decisões ou participar da vida cultural de sua comunidade (Iflla; UNESCO, 2022).

No debate nacional, a biblioteca pública apresenta uma trajetória marcada pela oscilação de prioridades administrativas e pelo desafio de demonstrar sua relevância para as pessoas que vivem em seu entorno. Lins (2021) situa essa instituição no campo das políticas culturais e chama atenção para os impactos produzidos pela descontinuidade de programas e projetos. Desse modo, o valor público de uma biblioteca não é assegurado apenas por sua previsão em planos governamentais. A existência de uma equipe estável, a atualização de acervos, a manutenção do espaço físico e a aproximação com escolas, coletivos culturais e outras organizações constituem condições que ajudam a transformar uma estrutura administrativa em serviço efetivamente reconhecido pela população.

A discussão sobre a apropriação dos espaços aprofunda essa perspectiva. Achilles e Silva (2022) associam a ideia de biblioteca habitada à construção de vínculos afetivos, imaginários e identitários. A noção é relevante porque o usuário pode comparecer eventualmente à instituição sem necessariamente sentir que ela lhe pertence. Quando o ambiente comunica acolhimento, oferece atividades pertinentes e favorece relações respeitadas, torna-se mais provável que diferentes grupos reconheçam a biblioteca como lugar legítimo para estudar, conviver e produzir cultura. A formação dos usuários, nessa abordagem, vincula-se à possibilidade de participação ativa e à construção de sentidos para a experiência de

frequentar a biblioteca, sem reduzir a análise à quantidade de empréstimos registrados.

A dimensão educativa também se manifesta na construção de competências informacionais. Brito, Belluzzo e Valentim (2020) discutem como o ambiente organizacional de uma biblioteca pública pode favorecer ou dificultar programas de competência em informação. A contribuição desse enfoque está em mostrar que disponibilizar dados ou indicar obras não equivale, automaticamente, a ensinar como localizá-los, avaliá-los e utilizá-los de maneira responsável. Em um contexto de circulação acelerada de conteúdos digitais, a mediação feita por profissionais qualificados pode apoiar a formulação de perguntas de pesquisa, a identificação de fontes confiáveis e a compreensão de diferentes linguagens. Tais possibilidades aproximam os serviços bibliotecários de processos de educação não formal e de aprendizagem permanente.

Ferreira e Siebra (2021), ao estudarem dimensões e ações de responsabilidade social em bibliotecas públicas de Recife, relacionam a atuação bibliotecária à promoção da leitura, da cidadania, da cultura e da inclusão social e digital. Essa articulação demonstra que o atendimento ao público pode incorporar finalidades éticas, políticas, educacionais e culturais. Por exemplo, a orientação no uso de serviços eletrônicos pode contribuir para reduzir obstáculos de acesso a informações de interesse coletivo, ao passo que atividades de leitura compartilhada podem ampliar repertórios simbólicos e oportunidades de convivência. O alcance de cada prática, contudo, depende de sua regularidade, de sua adequação ao público e das condições institucionais em que é realizada.

Outra questão importante diz respeito à diversidade dos sujeitos atendidos. Crianças em processo de alfabetização, pessoas com diferentes níveis de escolaridade, trabalhadores em busca de atualização e indivíduos com necessidades de acessibilidade demandam formas variadas de atendimento. Costa e Fujino (2022), ao examinarem critérios para formação de acervos destinados ao público infantil, reforçam a necessidade de considerar as características e os interesses concretos desse grupo na seleção de materiais. O estudo permite refletir sobre o desenvolvimento de coleções não como decisão exclusivamente técnica, mas como prática atravessada por concepções de infância, leitura e acesso. Acervos diversificados, atualizados e próximos das experiências dos frequentadores podem estimular a curiosidade e favorecer relações mais duradouras com o universo dos livros.

A biblioteca pública também pode contribuir para a formação social por oferecer espaços de encontro entre pessoas com trajetórias distintas. Souza (2021), ao estudar o uso do espaço bibliotecário, descreve diferentes formas de apropriação, entre elas estudo, trabalho, lazer e procura por mediação profissional. Essa pluralidade evidencia que uma biblioteca pública não possui apenas um perfil de usuário nem uma única finalidade legítima. Ao mesmo tempo, as disputas pelo espaço mostram a importância de normas de convivência inclusivas e de um planejamento capaz de conciliar usos simultâneos. A qualidade formativa da instituição se expressa também na maneira como acolhe diferenças, possibilita participação e evita transformar dificuldades sociais em obstáculos adicionais ao acesso.

O papel cultural ganha visibilidade quando as bibliotecas acolhem atividades de criação, memória e valorização de identidades.

Palhares e Santos (2022) analisaram a Biblioteca Pública Cora Coralina, em São Paulo, e discutiram sua relevância como espaço de reconhecimento e empoderamento de mulheres negras. Embora se trate de uma experiência situada, e não de um resultado generalizável para todas as bibliotecas do país, o estudo exemplifica como acervos temáticos, encontros e ações culturais podem articular informação, representatividade e participação social. Desse ponto de vista, formar usuários envolve também abrir possibilidades de expressão, fortalecer vínculos comunitários e reconhecer que a cultura se constrói na interação entre sujeitos e instituições.

A articulação dessas funções encontra respaldo em marcos normativos brasileiros. A Lei nº 13.696/2018 estabelece diretrizes para democratizar o acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas, além de reconhecer a necessidade de acessibilidade e estímulo à produção e à interpretação de textos. A legislação indica que a biblioteca pública integra uma política mais ampla de formação leitora e participação cultural; entretanto, não define por si mesma os resultados obtidos em cada município. Por isso, sua relevância deve ser examinada em diálogo com estudos empíricos e bibliográficos que identifiquem práticas concretas, dificuldades de implementação e formas pelas quais os sujeitos constroem relações com esses serviços (BRASIL, 2018; Lins, 2021).

2.2. Práticas, Serviços e Ações das Bibliotecas Públicas Brasileiras no Incentivo à Leitura e no Acesso à Informação

Os serviços de uma biblioteca pública podem produzir oportunidades de formação quando são organizados a partir de necessidades reconhecidas e de objetivos claros. Empréstimo domiciliar, consulta local, mediação da leitura, orientação

bibliográfica, oficinas, atividades de memória e recursos digitais assumem sentidos diferentes conforme o território e os grupos atendidos. A importância de considerar os interesses dos frequentadores aparece em Costa e Fujino (2022), que examinam o acervo infantil e os critérios de seleção de materiais. A análise sugere que a simples ampliação numérica de títulos não garante adequação cultural, linguística ou etária: é preciso observar a representatividade das obras, a diversidade temática e a possibilidade de sua utilização nas práticas de mediação.

As práticas de incentivo à leitura ganham consistência quando o contato com textos é acompanhado de experiências de descoberta e diálogo. Rodas de leitura, narrativas orais, clubes de livros e encontros com autores podem favorecer o compartilhamento de interpretações e a constituição de comunidades leitoras. O estudo de Ferreira e Siebra (2021) ajuda a compreender essas atividades como expressões de responsabilidade social, uma vez que o serviço bibliotecário deve responder às necessidades e aos interesses de seu público. A contribuição educativa não deriva automaticamente da realização de um evento: é importante considerar continuidade, participação, acessibilidade e o lugar conferido à escolha dos leitores. Quando as ações são planejadas com escuta comunitária, tornam-se mais capazes de produzir experiências significativas.

A formação de usuários inclui, igualmente, aprender a pesquisar e circular entre diferentes fontes. Brito, Belluzzo e Valentim (2020) destacam o papel do contexto organizacional na implantação de programas de competência em informação. Sob essa perspectiva, o bibliotecário pode orientar pessoas na escolha de termos de busca, no reconhecimento de autoria, na comparação de documentos e na avaliação crítica de conteúdos disponíveis na internet. Essas

habilidades têm importância para o estudo, o trabalho e a participação cidadã, particularmente em situações nas quais informações contraditórias circulam com grande velocidade. Entretanto, é preciso distinguir o potencial pedagógico de tais iniciativas dos resultados efetivamente observados, que dependem de avaliações específicas de aprendizagem.

A expansão de serviços digitais tornou-se tema decisivo durante o período pandêmico. Rocha e Barradas (2022) examinaram como bibliotecas públicas cariocas buscaram alcançar suas comunidades em meio às restrições sanitárias, considerando canais de comunicação e formas de disponibilização de serviços. As experiências analisadas indicam que redes sociais e plataformas online podem funcionar como instrumentos de aproximação, divulgação cultural e compartilhamento de informações. Ao mesmo tempo, o alcance dessas iniciativas é condicionado pelas possibilidades de acesso à internet e pelo domínio das tecnologias por parte dos usuários. Assim, a oferta remota deve ser interpretada como estratégia complementar de acesso, e não como substituição universalmente suficiente dos atendimentos presenciais.

A ideia de inovação também alcança o próprio conceito de acervo. Silva e Silva (2021) discutem o modelo de biblioteca de coisas, no qual a circulação e o compartilhamento de objetos ampliam o repertório tradicional de serviços. A proposta é importante para a formação de usuários porque desloca o foco de uma coleção exclusivamente bibliográfica para o uso social de recursos e saberes. A criação de oficinas, experimentações e atividades colaborativas pode favorecer aprendizagens práticas e trocas comunitárias. Essas possibilidades, porém, exigem critérios de segurança, manutenção, responsabilidade de empréstimo e aderência à realidade de cada

biblioteca. O estudo apresenta um modelo inovador, não uma comprovação de que esse serviço tenha sido implantado de maneira abrangente nas bibliotecas brasileiras em 2021 ou 2022.

A participação de públicos específicos é uma dimensão indispensável à avaliação de serviços. A pesquisa de Palhares e Santos (2022), realizada na Biblioteca Pública Cora Coralina, evidencia a relevância de um acervo e de ações voltados ao reconhecimento de mulheres negras. Esse caso mostra que acesso à informação não é apenas disponibilidade material, pois envolve possibilidades de identificação, representação e diálogo com experiências socialmente situadas. Projetos orientados para o contexto dos participantes podem fortalecer a visibilidade de diferentes grupos e ampliar a legitimidade social da instituição. Por esse motivo, planejar atividades com atenção às desigualdades e às histórias locais é uma escolha educativa, cultural e política que precisa ser acompanhada por compromisso com a qualidade e a continuidade do atendimento.

A dimensão profissional e comunitária aparece igualmente em propostas de formação continuada e inserção social. Santos e Soares (2020) discutiram possibilidades de atuação da biblioteca pública no apoio à busca de emprego, incluindo orientações para elaboração ou cadastramento de currículos e acesso a informações profissionais. Embora o trabalho anteceda o período central desta investigação, apresenta um exemplo de como serviços informacionais podem responder a demandas concretas da vida adulta. Seu valor analítico está em evidenciar que a formação dos usuários pode incluir habilidades úteis à organização da vida cotidiana, sem que isso autorize atribuir à biblioteca a responsabilidade isolada por resolver problemas estruturais do mercado de trabalho.

O intercâmbio entre profissionais e instituições representa outro caminho para qualificar os serviços. Achilles e Kornalewski (2021) revisaram a discussão sobre comunidades de práticas e seu potencial para bibliotecas públicas, em um contexto de dificuldades orçamentárias e necessidade de adaptação. Compartilhar experiências, protocolos, materiais formativos e soluções de atendimento pode reduzir o isolamento de equipes e apoiar a revisão de serviços. Para os usuários, os possíveis benefícios são indiretos: instituições que aprendem com outras experiências tendem a reunir mais alternativas para lidar com problemas locais. Não obstante, essas redes não substituem orçamento estável, políticas de formação profissional e condições adequadas de infraestrutura.

A formação leitora também depende de relações que extrapolam os muros da instituição. A quinta edição de Retratos da Leitura no Brasil, reunida em publicação organizada por Failla (2021), permite reconhecer a multiplicidade de hábitos de leitura, motivações e barreiras observadas na população antes do biênio aqui examinado. Esses resultados não devem ser apresentados como dados coletados em 2021 ou 2022; servem de referência contextual para questionar quem frequenta bibliotecas, quem enfrenta obstáculos e quais estratégias de mediação poderiam aproximar novos públicos. Nesse sentido, parcerias com escolas, famílias, organizações culturais e iniciativas territoriais devem ser pensadas como meios possíveis para ampliar a circulação de livros e experiências leitoras, preservando a autonomia da biblioteca pública e sua vocação de atendimento aberto.

2.3. Desafios e Perspectivas das Bibliotecas Públicas Brasileiras no Período de 2021 a 2022

A pandemia de COVID-19 alterou as condições de funcionamento de bibliotecas públicas e tornou mais visíveis dificuldades que já existiam antes da emergência sanitária. Restrições de circulação, necessidade de proteção de trabalhadores e frequentadores e incertezas sobre o retorno presencial passaram a integrar decisões cotidianas de gestão. Ramos e Barbosa (2022), ao analisarem protocolos produzidos por sistemas estaduais de bibliotecas públicas de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Bahia, identificaram medidas relacionadas à organização segura da reabertura. A pesquisa evidencia a importância de orientações técnicas e de articulação institucional, mas não significa que todos os equipamentos do território nacional adotaram os mesmos procedimentos ou dispuseram de condições equivalentes para implementá-los.

Em 2021, a manutenção de vínculos com leitores frequentemente dependeu de recursos de comunicação à distância. Nesse cenário, a migração de atividades para redes sociais, ambientes virtuais ou canais de mensagens apresentou oportunidades e limites. Rocha e Barradas (2022), ao investigarem bibliotecas cariocas, discutiram precisamente os desafios de alcançar as comunidades durante a pandemia. A análise mostra que a presença digital pode favorecer a divulgação de conteúdos e a interação com públicos conectados, mas também pode reforçar diferenças de acesso caso a instituição não disponha de equipamentos, equipe e estratégias de inclusão digital. Portanto, serviços remotos precisam ser avaliados não apenas por sua existência, mas por sua capacidade efetiva de chegar aos grupos que enfrentam maiores barreiras informacionais.

Outro desafio diz respeito à sustentabilidade de equipamentos culturais dependentes de decisões orçamentárias e administrativas.

Lins (2021) ressalta a tensão entre a importância sociocultural das bibliotecas e a instabilidade de políticas públicas brasileiras. A falta de previsibilidade pode comprometer aquisição de livros, atualização tecnológica, conservação de ambientes e manutenção de programas de incentivo à leitura. Essas limitações repercutem na formação de usuários porque reduzem a continuidade necessária à criação de hábitos e vínculos. Um clube de leitura interrompido repetidamente, por exemplo, pode perder participantes e deixar de consolidar um espaço de troca, ainda que tenha sido concebido com objetivos pedagógicos relevantes.

A questão da visibilidade institucional também merece atenção. Medeiros e Olinto (2020), ao apresentarem percepções de atores políticos e pesquisadores sobre a biblioteca pública brasileira, apontam problemas de reconhecimento e prestígio institucional. A reflexão, embora anterior ao período estudado, ajuda a compreender por que o fortalecimento das bibliotecas envolve mais do que argumentos em defesa do livro. É necessário evidenciar sua contribuição para a comunidade, documentar ações e tornar perceptíveis os serviços disponíveis. Quando a biblioteca é socialmente invisível, a população pode desconhecer possibilidades de uso que já existem, enquanto os gestores podem subestimar a necessidade de continuidade e investimento.

As desigualdades territoriais acrescentam complexidade ao problema. Bibliotecas localizadas em centros urbanos com redes culturais consolidadas podem enfrentar dificuldades distintas das vividas por instituições em municípios pequenos ou áreas periféricas. A discussão de Souza (2021) sobre os múltiplos usos e disputas do espaço evidencia que necessidades sociais diferentes convivem no mesmo equipamento. O planejamento precisa

considerar essas demandas sem estabelecer hierarquias rígidas entre pessoas que procuram leitura recreativa, pesquisa, estudo, acolhimento ou orientação informacional. Essa pluralidade exige regras de convivência, acessibilidade arquitetônica e comunicacional e profissionais capacitados para lidar com demandas diversas de forma digna.

As perspectivas de reabertura durante 2022 envolveram a reconstrução de rotinas e a reaproximação de usuários que haviam reduzido ou interrompido as visitas. Os protocolos estudados por Ramos e Barbosa (2022) mostram que proteger a saúde coletiva demandava planejamento, comunicação clara e colaboração entre equipes. A retomada presencial, por sua vez, não implica retorno automático dos hábitos de frequência. A literatura sobre pertencimento e apropriação dos espaços, discutida por Achilles e Silva (2022), sugere que reconquistar vínculos depende também de condições de acolhimento e de propostas relevantes para diferentes grupos. Assim, ações culturais e educativas podem integrar estratégias de reaproximação, desde que acompanhadas de atenção às condições materiais e humanas do atendimento.

No plano das políticas culturais, a atualização do Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO em 2022 recolocou em evidência questões como acesso equitativo, recursos digitais, participação cultural e aprendizagem ao longo da vida. O documento não descreve empiricamente a situação de todas as bibliotecas brasileiras, mas oferece princípios para interpretar prioridades de gestão e compromisso público. Sua leitura em conjunto com a Política Nacional de Leitura e Escrita indica a necessidade de pensar bibliotecas como serviços permanentes, e não como iniciativas esporádicas dependentes de eventos comemorativos. Consolidar

serviços exige financiamento, equipes, manutenção, acessibilidade e avaliação adequada de necessidades locais (Ifla; UNESCO, 2022; BRASIL, 2018).

Por fim, a avaliação do período de 2021 a 2022 deve evitar interpretações simplificadoras. A pandemia não eliminou as potencialidades das bibliotecas, assim como a adoção de redes sociais não resolveu, por si, o problema do acesso desigual. A literatura disponível aponta tanto experiências de adaptação quanto restrições institucionais; essas evidências são heterogêneas e frequentemente circunscritas a regiões, bibliotecas ou iniciativas específicas. Ferreira e Siebra (2021) mostram a abrangência das dimensões sociais e educativas do trabalho bibliotecário, enquanto Rocha e Barradas (2022) evidenciam dificuldades para dialogar com a comunidade em contexto de crise. Reunidas, essas contribuições permitem afirmar que a influência formativa é plausível e socialmente relevante, mas depende de condições de implementação que precisam ser estudadas e monitoradas continuamente.

3. METODOLOGIA

A investigação foi desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. Essa estratégia foi escolhida em razão do objetivo de interpretar contribuições, práticas e dificuldades das bibliotecas públicas brasileiras a partir de fontes já publicadas, sem aplicação de entrevistas, questionários ou observações próprias junto aos usuários. Gil (2022) explica que pesquisas bibliográficas se apoiam em materiais previamente produzidos e permitem organizar e problematizar diferentes perspectivas sobre determinado objeto. A

análise documental, por sua vez, foi utilizada para contextualizar marcos normativos e diretrizes referentes ao papel social das bibliotecas. A combinação desses procedimentos é adequada ao exame de um período delimitado, desde que se distingam percepções acadêmicas, recomendações institucionais e dados efetivamente coletados em outros estudos.

O recorte histórico considerado corresponde aos anos de 2021 e 2022. Para interpretá-lo, admitiram-se algumas publicações anteriores, de 2019 e 2020, como antecedentes teóricos e empíricos, sem tratá-las como evidências produzidas no biênio principal. A identificação das fontes ocorreu por levantamento bibliográfico dirigido em páginas de periódicos científicos e repositórios digitais, com foco em Biblioteconomia e Ciência da Informação, complementado por documentação da legislação brasileira e por diretrizes internacionais pertinentes. Foram empregados termos de busca como “bibliotecas públicas brasileiras”, “biblioteca pública e usuários”, “mediação da leitura”, “formação de leitores”, “competência em informação”, “bibliotecas públicas na pandemia”, “reabertura de bibliotecas” e “políticas públicas de leitura”. A estratégia não foi estruturada como revisão sistemática e não autoriza alegar exaustividade da recuperação.

Foram priorizadas publicações com identificação de autoria, ano, título e veículo editorial, cujo conteúdo dialogasse diretamente com pelo menos uma das dimensões investigadas: formação educacional, cultural e social; serviços de leitura e informação; ou desafios do contexto 2021–2022. Como fontes documentais, foram considerados o Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO de 2022 e a Lei nº 13.696/2018. Também foi utilizada a publicação Retratos da Leitura no Brasil 5, organizada por Failla (2021),

estritamente como informação contextual de pesquisa anterior ao recorte. Não foram incorporadas, para sustentar conclusões sobre o biênio, estatísticas posteriores sem correspondência temporal. As decisões de seleção foram intencionais e orientadas pela relevância temática, e não por amostragem probabilística.

Os critérios de inclusão contemplaram: pertinência explícita à biblioteca pública ou à política de leitura; possibilidade de identificação da fonte original; relação clara com os objetivos do artigo; disponibilidade de informações suficientes para uma leitura crítica; e, no núcleo central da discussão, estudos publicados em 2021 ou 2022. Materiais anteriores foram mantidos quando contribuía para compreender competências informacionais, função social, usos do espaço ou desafios institucionais que precederam a pandemia. Foram excluídos conteúdos publicitários, materiais sem autoria ou procedência verificável e estudos relativos exclusivamente a bibliotecas escolares ou universitárias sem conexão analítica justificada com bibliotecas públicas. Assim, evitou-se atribuir ao conjunto das bibliotecas conclusões produzidas para realidades institucionais distintas.

A leitura interpretativa das fontes foi organizada em três eixos estabelecidos a partir dos objetivos específicos: a) formação educacional, cultural e social; b) práticas de mediação, serviços e acesso à informação; e c) desafios, adaptação e perspectivas no biênio examinado. Em cada eixo, foram contrastados objetivos dos estudos, contextos investigados, práticas descritas e limites das conclusões apresentadas. A síntese priorizou aproximações e tensões entre os textos, sem transformar proposições normativas em resultados empíricos. Também não se produziram indicadores numéricos de impacto formativo, porque as pesquisas examinadas

utilizam desenhos e populações diferentes, sem uma mesma medida comparável de aprendizagem ou transformação de hábitos.

A apresentação dos estudos em quadro sintético tem finalidade de transparência argumentativa, e não constitui contagem de registros recuperados de uma revisão sistemática. Essa distinção é importante: a identificação dirigida de publicações verificáveis sustenta a construção de uma análise bibliográfica, mas não permite informar número total de trabalhos existentes no país, percentuais nacionais de adoção de serviços ou a magnitude causal da influência das bibliotecas. Considerou-se ainda que dados de um estudo de caso não representam automaticamente a realidade de outras unidades. Os resultados apresentados na seção seguinte correspondem, portanto, a inferências interpretativas qualificadas a partir de pesquisas e documentos, não a observações originais realizadas pelas autoras deste artigo.

O Quadro 1 reúne estudos centrais que permitem visualizar a relação entre os três objetivos específicos e as contribuições documentadas na literatura.

Quadro 1. Estudos selecionados e contribuições para a análise

Autor(es) e ano	Estudo / enfoque	Contribuição para o artigo
Achilles e Kornalewski (2021)	Comunidades de práticas e bibliotecas públicas	Discute colaboração profissional e possibilidades de troca de saberes para qualificação dos serviços.
Ferreira e Siebra (2021)	Responsabilidade social de bibliotecários	Examina dimensões educativas, culturais, políticas e de inclusão em bibliotecas públicas.

Souza (2021)	Biblioteca como espaço em disputa	Analisa diversidade de usos e necessidades de usuários reais e potenciais.
Costa e Fujino (2022)	Acervo infantil	Relaciona desenvolvimento de coleções a demandas do público infantil e à formação leitora.
Palhares e Santos (2022)	Biblioteca Pública Cora Coralina	Apresenta experiência situada de representatividade cultural e empoderamento de mulheres negras.
Rocha e Barradas (2022)	Bibliotecas cariocas na pandemia	Examina desafios de contato e prestação de serviços às comunidades durante a crise sanitária.
Ramos e Barbosa (2022)	Protocolos de reabertura	Compara recomendações de segurança e reorganização dos serviços em sistemas estaduais.
Achilles e Silva (2022)	Biblioteca como lugar habitado	Reflete sobre pertencimento, apropriação simbólica e vínculos comunitários.

Fonte: elaboração das autoras, com base nas publicações indicadas (2026).

A organização proposta permite examinar o problema de pesquisa por meio de fontes com objetivos e recortes diferentes. Não se buscou homogeneizar experiências locais nem extrapolar resultados para a totalidade das bibliotecas públicas brasileiras. A pertinência do material decorre da variedade de contribuições que oferece: discussões conceituais sobre pertencimento e política cultural, estudos de serviços direcionados a públicos específicos e análises de reorganização institucional no contexto pandêmico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliográfica e documental indica, em primeiro lugar, que a influência das bibliotecas públicas sobre a formação de seus usuários deve ser compreendida em múltiplas dimensões, e não como resultado de um único serviço. As fontes descrevem contribuições relacionadas ao incentivo à leitura, à autonomia na busca de informações, à ampliação do repertório cultural e à convivência comunitária. Ferreira e Siebra (2021) identificam uma atuação que alcança dimensões éticas, educacionais e sociais; Brito, Belluzzo e Valentim (2020) evidenciam a relevância da competência em informação; e Achilles e Silva (2022) problematizam o pertencimento ao espaço bibliotecário. Em conjunto, esses trabalhos sustentam a compreensão de que a biblioteca pode participar de trajetórias formativas, mas não oferecem base para quantificar o quanto cada indivíduo aprendeu em consequência exclusiva de sua frequência.

Uma segunda contribuição refere-se à necessidade de diversificar ações e acervos conforme os públicos. Costa e Fujino (2022) colocam em discussão os critérios para coleções infantis, indicando que o desenvolvimento do acervo precisa considerar as condições e os interesses de crianças. Palhares e Santos (2022), ao estudar a Biblioteca Pública Cora Coralina, oferecem um exemplo de serviço relacionado à representatividade e à valorização de mulheres negras. Essas perspectivas convergem no reconhecimento de que acesso não é sinônimo de padronização. Uma biblioteca que deseja formar leitores e apoiar usuários precisa observar o conteúdo que oferece, as linguagens mobilizadas e as experiências culturais que acolhe, evitando a suposição de que uma coleção uniforme atende adequadamente a toda a população.

O terceiro achado diz respeito ao caráter social do espaço bibliotecário. A reflexão de Souza (2021) demonstra que o equipamento é utilizado para estudo, trabalho, lazer e outras necessidades, por pessoas com trajetórias e condições diversas. Achilles e Silva (2022) acrescentam que o espaço ganha importância quando é percebido como lugar habitado e apropriado simbolicamente pela comunidade. A combinação dessas perspectivas permite interpretar a biblioteca como ambiente potencial de socialização e reconhecimento, não apenas como ponto de circulação de publicações. Ainda assim, o simples registro de diferentes usos não equivale a evidência de que todos os públicos encontrem iguais condições de acolhimento. A organização dos serviços deve enfrentar tensões de convivência e assegurar que os direitos de uns não se convertam em exclusão de outros.

A quarta dimensão envolve a formação para o uso crítico da informação. O trabalho de Brito, Belluzzo e Valentim (2020) destaca que o desenvolvimento da competência em informação requer atenção ao ambiente organizacional e às condições de mediação. Essa discussão torna-se relevante no biênio 2021–2022, quando parte da comunicação entre bibliotecas e comunidades passou por canais digitais. Uma postagem que divulga um livro pode ampliar a visibilidade da instituição, mas uma ação formativa mais profunda exige orientar usuários na interpretação de fontes e no reconhecimento de sua credibilidade. Desse modo, a inovação tecnológica precisa ser acompanhada de objetivos pedagógicos, disponibilidade de profissionais e iniciativas de acessibilidade para que o uso de ferramentas digitais não se restrinja a uma simples mudança de suporte.

As evidências relacionadas à pandemia revelam um quadro menos uniforme do que a ideia de rápida digitalização poderia sugerir. Rocha e Barradas (2022) identificaram desafios concretos de interação com a comunidade em bibliotecas públicas cariocas, enquanto Ramos e Barbosa (2022) estudaram protocolos necessários para a retomada segura de atividades presenciais. Esses trabalhos examinam dimensões diferentes do mesmo período: a tentativa de manter vínculos e serviços sob restrições, de um lado, e a necessidade de recompor a presença física em condições sanitárias adequadas, de outro. A comparação indica que continuidade do atendimento dependia de capacidade institucional de planejamento, comunicação e adaptação; contudo, as fontes não permitem concluir que todas as bibliotecas do Brasil passaram pelas mesmas etapas ou adotaram soluções semelhantes.

Outro resultado diz respeito ao papel da participação comunitária na elaboração de projetos. O estudo de Palhares e Santos (2022) evidencia o sentido que um acervo temático e ações voltadas a um grupo específico podem adquirir na vida das participantes, ao passo que Souza (2021) chama atenção para a pluralidade de interesses presentes na biblioteca. Essas contribuições indicam que projetos concebidos apenas com base em decisões administrativas correm o risco de desconhecer demandas reais dos frequentadores. Escutas, atividades colaborativas e avaliações qualitativas podem contribuir para orientar decisões sobre horários, recursos, acervos e programação cultural. Convém ressaltar que tais encaminhamentos são implicações práticas derivadas da literatura e não resultados de intervenção executada neste artigo.

A dimensão das políticas públicas atravessa os achados anteriores. Lins (2021) descreve as implicações da instabilidade de programas

culturais, enquanto Medeiros e Olinto (2020) apresentam reflexões sobre a invisibilidade institucional das bibliotecas e a necessidade de reconhecimento social. Essas análises ajudam a compreender por que iniciativas de leitura ou inclusão digital precisam ser acompanhadas de condições de sustentabilidade. Projetos ocasionais podem ser relevantes, mas a formação de usuários tende a depender de continuidade, confiança e acesso regular. A Lei nº 13.696/2018 oferece princípios de democratização do livro e da leitura, e o Manifesto IFLA-UNESCO de 2022 reforça a centralidade da biblioteca para a aprendizagem ao longo da vida; entre a prescrição normativa e a prática cotidiana, contudo, persistem desafios que exigem avaliação pública.

O levantamento também permite reconhecer a importância da cooperação profissional e da diversificação dos serviços. Achilles e Kornalewski (2021) discutem comunidades de práticas como possibilidade de compartilhamento de experiências; Silva e Silva (2021) apresentam o modelo de biblioteca de coisas como abertura a modalidades inovadoras de circulação de recursos; e Santos e Soares (2020) examinam serviços informacionais relacionados à preparação para o mundo do trabalho. Apesar de seus enfoques distintos e do fato de dois estudos antecederem o recorte, essas contribuições ampliam o entendimento da biblioteca como espaço flexível de atendimento público. A interpretação exige cuidado para não converter exemplos ou propostas em descrição de políticas já implementadas nacionalmente.

Observou-se, portanto, uma tensão recorrente entre o conjunto de funções que se espera da biblioteca pública e a capacidade efetiva de cumprir tais funções em diferentes contextos. A instituição é chamada a favorecer leitura, educação, cultura, convivência, inclusão

digital e participação social, mas pode operar com estrutura reduzida, equipes insuficientes e incertezas administrativas. Lins (2021) e Medeiros e Olinto (2020) permitem situar essa tensão como problema de política pública, não como falha individual do usuário. A consequência para a formação é relevante: quando horários, serviços e programação são instáveis, a continuidade de experiências educativas torna-se mais difícil. Dessa forma, valorizar bibliotecas implica combinar reconhecimento simbólico com decisões de financiamento, recursos humanos e planejamento compatíveis com sua missão.

O período delimitado mostrou, ainda, que a noção de acesso precisa incorporar diferentes barreiras. O distanciamento sanitário tornou a presença física mais difícil; o atendimento remoto, por sua vez, não alcança integralmente quem enfrenta limites de conectividade ou de domínio tecnológico. Rocha e Barradas (2022) ajudam a visualizar essa questão no contexto das bibliotecas cariocas, enquanto Ferreira e Siebra (2021) mostram que inclusão social e digital integra o trabalho socialmente responsável. Como implicação prática, pode-se defender a combinação de atividades presenciais e digitais, materiais acessíveis, comunicação em canais variados e ações de orientação informacional. Essa proposta, no entanto, deve ser adequada ao diagnóstico local, sem supor que uma única estratégia resolva as diferenças territoriais existentes.

Por fim, a síntese da literatura permite responder ao problema de pesquisa com uma formulação prudente. As bibliotecas públicas brasileiras apresentaram, segundo as pesquisas selecionadas, práticas e possibilidades de contribuição à formação educacional, cultural e social por meio da leitura, da mediação informacional, da inclusão, do pertencimento e de serviços destinados a necessidades

comunitárias. Entre 2021 e 2022, essa contribuição foi atravessada pelas dificuldades da crise sanitária, pela reorganização do funcionamento e por problemas históricos de infraestrutura e política cultural. Não se demonstrou um efeito causal nacional sobre os usuários, nem seria metodologicamente adequado afirmá-lo com base em estudos de caso e trabalhos de natureza diferente. A principal contribuição do artigo é organizar e interpretar evidências e limites que podem orientar novas pesquisas e a qualificação dos serviços bibliotecários.

Quadro 2. Síntese dos principais resultados e suas implicações

Eixo de análise	Síntese dos achados	Implicações para a formação
Leitura e acervos	Adequação dos materiais aos interesses e perfis dos frequentadores.	Mediação mais significativa e possibilidade de ampliar repertórios leitores.
Competência em informação	Necessidade de orientação para localizar, avaliar e utilizar fontes.	Apoio à autonomia de pesquisa e ao uso crítico de informações.
Pertencimento e cultura	Apropriação do espaço e atividades com representação comunitária.	Participação cultural, convivência e reconhecimento de diferentes experiências.
Acesso digital	Uso de meios remotos associado a barreiras de conectividade.	Complementar serviços presenciais sem ampliar exclusões informacionais.
Pandemia e reabertura	Protocolos sanitários e reformulação de atendimentos em 2021–2022.	Continuidade e reconstrução de vínculos dependem de planejamento.
Gestão e políticas	Instabilidade institucional, recursos	Regularidade dos serviços e sustentabilidade de

	limitados e visibilidade insuficiente.	projetos formativos.
Limites das evidências	Pesquisas com desenhos e recortes locais distintos.	Não é possível calcular impacto causal nacional sobre usuários.

Fonte: elaboração das autoras a partir da análise bibliográfica e documental (2026).

A sistematização apresentada evidencia que os três objetivos específicos se complementam. Identificar contribuições formativas exige compreender quais serviços e práticas são desenvolvidos; descrevê-los demanda observar a quem se destinam e em quais condições funcionam; e discutir desafios permite reconhecer as limitações que afetam a continuidade da ação bibliotecária. A síntese não substitui estudos de usuários, avaliações de aprendizagem ou levantamentos nacionais padronizados. Seu alcance é o de uma análise interpretativa de fontes selecionadas que torna explícitos elementos favoráveis à formação, obstáculos recorrentes e perguntas relevantes para novas investigações (Ferreira; Siebra, 2021; Costa; Fujino, 2022; Ramos; Barbosa, 2022).

5. CONCLUSÃO

A presente investigação analisou a influência das bibliotecas públicas brasileiras na formação educacional, cultural e social dos usuários, considerando o recorte de 2021 a 2022. A discussão mostrou que o potencial formativo dessas instituições não se limita à disponibilização de livros, pois também envolve experiências de leitura mediada, orientação informacional, participação em atividades culturais e construção de vínculos comunitários. As fontes consultadas permitiram compreender a biblioteca pública como um

equipamento de acesso ao conhecimento e de encontro entre pessoas, no qual diferentes necessidades podem ser reconhecidas e atendidas. Essa contribuição ganha particular relevância em realidades atravessadas por desigualdades educacionais, digitais e culturais.

O primeiro objetivo específico foi atendido pela identificação de possibilidades de formação ligadas ao desenvolvimento de repertórios leitores, ao uso crítico da informação e ao reconhecimento social e cultural dos frequentadores. O segundo foi contemplado pela descrição de práticas e serviços, incluindo organização de acervos para públicos específicos, mediação da leitura, orientações informacionais, atividades de aproximação comunitária e modalidades de atendimento remoto. O terceiro objetivo foi abordado ao examinar dificuldades de financiamento, reconhecimento institucional, manutenção de serviços e adaptação sanitária. A articulação desses aspectos reforçou a necessidade de analisar potencialidades e obstáculos de forma conjunta.

O período de 2021 a 2022 destacou desafios próprios de um contexto de crise e reorganização. Medidas de enfrentamento da pandemia afetaram o atendimento presencial, ao mesmo tempo em que bibliotecas buscaram alternativas para manter contato com suas comunidades. A posterior retomada das atividades exigiu cuidados sanitários, planejamento e esforços para reconstruir rotinas. Esses acontecimentos tornaram evidente que o acesso à biblioteca depende de condições materiais, profissionais e tecnológicas que não são igualmente distribuídas. As estratégias digitais apresentaram possibilidades de comunicação e circulação de conteúdos, mas não dispensaram a necessidade de acolhimento presencial e de atenção às barreiras de conectividade.

Do ponto de vista das políticas públicas, a pesquisa reafirma a importância de continuidade administrativa, equipes qualificadas, acervos pertinentes e serviços acessíveis. Investimentos em bibliotecas precisam ser acompanhados de escuta dos usuários, cooperação entre instituições, planejamento territorial e formas de avaliação coerentes com a diversidade de suas funções. Essas medidas podem fortalecer a capacidade das bibliotecas de colaborar com processos de educação não formal, participação cultural e exercício da cidadania. Trata-se, contudo, de recomendações fundamentadas na síntese da literatura, e não de resultados de intervenções implementadas ou testadas pelas autoras.

É importante reconhecer os limites metodológicos do estudo. Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental, apoiada em um conjunto intencional de fontes, não foram produzidas entrevistas nem medições próprias de aprendizagem, e não se buscou representar estatisticamente todas as bibliotecas brasileiras. As publicações analisadas apresentam contextos específicos e desenhos de investigação distintos. Assim, o artigo não permite estabelecer relações causais entre frequência da biblioteca e resultados educacionais individuais, nem comparar de modo uniforme o desempenho de todos os equipamentos no país. Pesquisas futuras poderão combinar estudos de usuários, indicadores locais, acompanhamento longitudinal e observação de serviços para aprofundar essas questões.

Conclui-se que a influência das bibliotecas públicas na formação de seus usuários depende menos de uma função isolada do que da integração de acesso, mediação, acolhimento e permanência institucional. Quando essas dimensões se articulam, a biblioteca

pode ampliar oportunidades de leitura, fortalecer a autonomia informacional e favorecer experiências de convivência e reconhecimento cultural. A análise do biênio 2021–2022 contribui, portanto, para evidenciar o valor dessas instituições e, simultaneamente, a necessidade de condições concretas para que suas finalidades sociais se realizem. Valorizar bibliotecas públicas significa reconhecê-las como parte permanente da infraestrutura educativa e cultural das comunidades brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHILLES, Daniele; KORNALEWSKI, Alex Medeiros. Comunidade de práticas: revisão sistemática em prol das bibliotecas públicas. *Biblioteca Escolar em Revista*, v. 7, n. 2, p. 141–162, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.184383>.

ACHILLES, Daniele; SILVA, Renata Oliveira da. Biblioteca pública no Brasil: lugar habitado? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 18, n. 3, p. 1–12, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1901>.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm.

BRITO, Tânia Regina de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A influência do ambiente organizacional no desenvolvimento de um programa de competência em informação: o caso de uma biblioteca pública. *Informação & Informação*, v. 25, n. 4, p. 650–669, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n4p650>.

COSTA, Paulo Sérgio Ramos da; FUJINO, Asa. O usuário infantil na biblioteca pública: reflexões sobre critérios para desenvolvimento de acervo. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 18, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1583>.

FAILLA, Zoara (org.). Retratos da leitura no Brasil 5. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2021. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Retratos_da_leitura_5_o_livro_IPL.pdf.

FERREIRA, Fernanda Bernardo; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. A responsabilidade social dos bibliotecários em bibliotecas públicas: dimensões e ações. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 19, e021022, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v19i00.8665764>.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IFLA; UNESCO. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. 2022. Disponível em: <https://www.ifla.org/public-library-manifesto/>.

LINS, Ivana Borges. A biblioteca pública como equipamento cultural do Estado: relações entre a cultura e as políticas públicas. BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 35, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v35i1.12423>.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva; OLINTO, Gilda. A biblioteca pública brasileira na visão de atores políticos e pesquisadores. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 15, n. 2,

2020.

Disponível

em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/53595>.

PALHARES, Maria Cristina; SANTOS, Luana Helena dos. A biblioteca pública Cora Coralina como espaço para o empoderamento da mulher negra em atendimento às ODS 5, 10 e 16. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 18, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1581>.

RAMOS, Flávia Brocchetto; BARBOSA, Vanessa Maria. Reabertura e funcionamento de bibliotecas públicas em tempos de pandemia: análise de protocolos de conduta. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 18, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1724>.

ROCHA, Bruna da Silva; BARRADAS, Jaqueline Santos. Bibliotecas públicas cariocas em tempos de pandemia: desafios para alcançar a comunidade. *Informação@Profissões*, v. 11, n. 1, p. 102-124, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2022v11n1p102>.

SANTOS, Marcos Pastana; SOARES, Jurema Rosa Lopes. Quando a fila não anda: ações da biblioteca pública para inserção do usuário no mercado de trabalho. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/52886>.

SILVA, Wellington Santos; SILVA, Elaine da. Biblioteca de coisas: uma possibilidade inovadora de se pensar e fazer biblioteca pública. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 17, n. 2, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1621>.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. A biblioteca pública como um espaço em disputa. Informação & Informação, v. 26, n. 3, p. 550–575, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n3p550>.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação. Universidade Autônoma de Assunção (UAA), Paraguai. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Mestre em Ciências da Educação, com especialização em Processos de Ensino e Aprendizagem. Universidad Nacional Experimental de Guayana (UNEG), Puerto Ordaz, Venezuela. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).